

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES SOBRE O RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Quero começar esta intervenção por elogiar esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PS. Concordamos, por um lado, com os seus objectivos. O alcance, dimensão e número de beneficiários desta medida tornam importante que se acompanhe de perto a aplicação deste mecanismo de inserção social na nossa Região. cremos, aliás, que a generalidade das bancadas concordará, também, com esta finalidade

A metodologia que propõe para abordar as questões relacionadas com a aplicação do Rendimento Social de Inserção é a que defendemos e consideramos correcta. Deve haver, baseada na análise técnica – que aos técnicos compete – uma avaliação política que, essa sim, compete à Assembleia Legislativa.

Acompanharemos, por isso, esta iniciativa e participaremos activamente nos trabalhos da Comissão, caso esta seja aprovada.

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Pensamos, no entanto, que qualquer discussão sobre o Rendimento Social de Inserção que não aborde as causas profundas do problema que se pretende minorar com este mecanismo, não passará de um fútil exercício académico. Discutir o RSI sem abordar a pobreza, a sua forma e os seus motivos, não passa de mera hipocrisia assistencialista.

Vamos, então, aos motivos:

E o primeiro e mais claro motivo na de pobreza nossa sociedade é apenas um. O emprego. É que, sem emprego, não há rendimento, não há autonomia, não há inserção, não há cidadania, mesmo. Há uma relação directa, óbvia e incontestável entre pobreza e desemprego.

A situação que enfrentamos hoje, em que atingimos o nada honroso lugar de 4º país da OCDE com a mais alta taxa de desemprego, ou que nos Açores tivemos um crescimento homólogo desta taxa de 26%, resulta, também de maneira directa, óbvia e incontestável das políticas que os Governos do PSD, PSD e CDS-PP aplicaram em Portugal e na Região.

É a insuficiência da protecção no desemprego, o valor do subsídio, as complicadíssimas regras de acesso, entre outros factores, que explicam muito do crescimento no número de beneficiários do RSI.

Mas o problema do emprego, sendo fundamental, não é o único. Porque, neste país, nesta Região, muitas vezes não basta trabalhar para se conseguir uma vida digna. A nível nacional, mais de 82.000 beneficiários do RSI trabalham efectivamente, só que os salários de miséria que auferem pura e simplesmente não lhes permitem sobreviver. Estamos até, na situação paradoxal, de por vezes os salários oferecidos serem tão baixos que para as famílias compensa mais deixarem-se ficar a receber a prestação social.

Mas poderíamos falar também dos reformados. Em Portugal, mais de 25.000 beneficiários do RSI recebem reformas, só que estas são tão baixas que se vêm obrigados a recorrer a esta prestação.

Então, coloca-se a questão: temos um problema de RSI ou temos um problema de rendimentos? Temos um problema de subsidiodependência ou temos um problema de salários e pensões miseravelmente baixas? Temos um problema de pobreza ou temos um problema de justiça na distribuição dos rendimentos?

E é aqui, nesta questão, que teremos de incidir a nossa reflexão e a nossa acção. Porque, afinal, queremos erradicar a pobreza ou queremos apenas minorar os efeitos mais negativos da pobreza?

Exmo. Senhor Presidente,



Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Tornou-se um lugar comum dizer-se que a aplicação do Rendimento Social de Inserção tem problemas.

Desde as fraudes, reais ou supostas, a um suposto laxismo e convite à preguiça que esta medida incentivaria, ao crescimento da despesa que lhe está associada e, naturalmente, ao falhanço evidente dos planos de inserção que, a nível do país e da Região, não têm conduzido aos resultados esperáveis. Todos os problemas e todos os defeitos têm sido apontados ao RSI.

O problema é que muitas destas críticas são feitas sem qualquer consciência ou menção das dificuldades reais na integração destes beneficiários.

Ao abordarmos estas dificuldades, teremos forçosamente falar da situação dos técnicos de reinserção, porque são eles quem está no terreno, são eles que lidam directamente com as dificuldades é, em muito boa parte, do seu trabalho que depende o sucesso da medida.

E a verdade é que é vergonhosa a situação de precariedade e de subvalorização em que estão grande parte dos técnicos de reinserção social nos Açores. Uma situação que se arrasta no jogo do empurra entre as IPSS's e o Governo Regional, sem solução à vista, fazendo desmotivar, desesperar e mesmo desistir da carreira muitos jovens técnicos qualificados e empenhados na sua função.

E, desde logo, estes técnicos enfrentam diariamente uma dificuldade incontornável, que é a impossibilidade absoluta de acompanhar todos os casos que lhes são distribuídos. Como é que podemos esperar que haja acompanhamento às famílias beneficiárias do RSI quando cada técnico tem à sua responsabilidade 50, 100 casos? Que seguimento? Que auxílio e estímulo têm estes técnicos tempo para fazer?

A questão dos recursos humanos é central no funcionamento do RSI nos Açores e esperamos que a Comissão a possa aprofundar, trazer-nos mais dados e propostas para a melhorar.

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,
Reconhecemos que, politicamente esta é uma proposta útil e valiosa para várias bancadas e sectores partidários.

Esta preocupação é, desde logo, útil para o PS, no sentido de disfarçar o que é a realidade da política que leva a cabo.

No momento em que se prepara para desferir um dos mais bárbaros ataques de sempre ao rendimento dos portugueses, que lançará muitos deles no atoleiro da pobreza;

No momento em que leva a cabo uma redução drástica dos apoios sociais, seja através da redução do subsídio de desemprego, do congelamento até 2013 do Indexante de Apoios Sociais ou da criação de tectos máximos para os apoios sociais;

No momento em que através da redução dos montantes do subsídio de desemprego e das obrigações adicionais para os desempregados o PS pretende levar a uma redução generalizada dos salários;

No momento em que aumenta os impostos mais cegos e injustos, penalizando sobretudo os portugueses mais pobres;

Num momento em que se tomam todas estas medidas socialmente destrutivas, fica bem ao PS, tentar demonstrar a sua preocupação com os beneficiários do RSI.

Mas esta bonita preocupação não consegue ocultar a realidade dos resultados das suas políticas. Porque esses resultados são claros: mais desemprego, mais injustiça, mais pobreza, mais exclusão.

E ou o PS enfrenta estes resultados e tem a coragem de mudar de política, ou então, não estamos senão perante um exercício de hipocrisia política, de demagogia assistencialista!

Mas é uma proposta útil também para a direita.

É útil porque tenta apagar o facto que, para estes partidos, são os pobres, os mais pobres entre os pobres, que têm de pagar esta crise, que «engorda» os lucros dos mais ricos e que «aperta o cinto» daqueles que já passam fome.

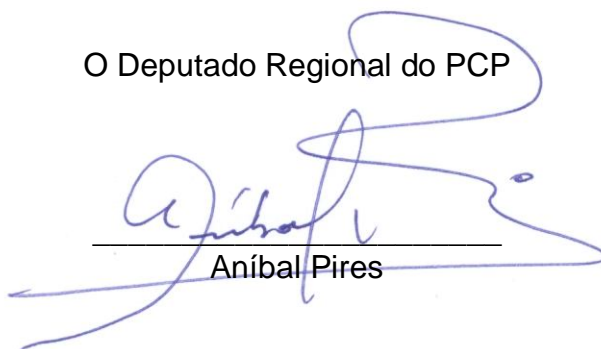
Entre outros aspectos, o PS, o PSD e o CDS convergem no ataque aos mais pobres, aos mais desprotegidos, para nada exigir aos mais ricos. Nada exigem aos grupos económicos, nada exigem àqueles que lucram com os salários de miséria, que exploram quem trabalha. A estes, a direita não chama de «malandros que vivem à conta do rendimento mínimo».

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Consideramos e batemo-nos para melhorar as respostas que atenuem o sofrimento humano, mas não alimentamos a ilusão das respostas parciais que não alteram os fundamentos do sistema de exploração e as políticas que produzem a pobreza. É por isso que o grande desafio que permanece no horizonte dos que assumem como objectivo a erradicação da pobreza é a luta pela afirmação de uma alternativa política que promova a implementação de um modelo de desenvolvimento económico e social alternativo que coloque o homem e a satisfação das suas necessidades como objectivo central e razão de ser da sua existência e funcionamento.

Disse.

O Deputado Regional do PCP



Aníbal Pires